



JOSÉ MAURÍCIO
DE LIMA NOLASCO

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

Nesta edição da Revista SÍNTESE, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro apresenta aos seus leitores os artigos oriundos das monografias contempladas pelo Prêmio Ministro Gama Filho, edição 2008/2009, cujo tema foi "A Política Fiscal e o Desenvolvimento Sustentável".

O Prêmio Ministro Gama Filho tem como objetivo incentivar e reconhecer a realização de estudos e pesquisas de interesse público que possam servir para a formulação e inovação de práticas tendentes à solução e ao incremento do desenvolvimento administrativo, financeiro, econômico, jurídico e/ou social da administração pública fluminense.

Em sua terceira edição, o prêmio se consolida como importante evento não só para os técnicos desta Corte, como também para os técnicos jurisdicionados e o meio acadêmico que passam a contar com a sua realização como forma de construção e disseminação de novos conhecimentos. As edições anteriores trataram de assuntos que trazem reflexões fundamentais para a Administração Pública e a sociedade em geral, como Plano

Diretor e Auditoria da Ética.

Com esta atividade, o Tribunal pretende aprofundar o pensamento em assuntos de grande importância e contribuir para a propagação de novas maneiras de atuação na Administração Pública.

A Revista SÍNTESE também traz artigos resultantes dos trabalhos finais das dissertações realizados pelos técnicos do TCE-RJ que concluíram o curso de Mestrado em Administração Pública. Foi a primeira turma de servidores que participaram de uma formação *stricto sensu* proporcionada pela Escola de Contas e Gestão.

São artigos que, dentro de uma reflexão teórica, buscam identificar na rotina diária do Tribunal situações que podem e devem ser melhoradas. É a aplicação de conhecimentos teóricos e adquiridos na expectativa de gerar práticas públicas mais efetivas.

Esses trabalhos comprovam a importância que a qualificação do corpo técnico tem para esta gestão que investe, cada vez mais, na qualidade dos serviços prestados à sociedade em geral. A criação do prêmio de monografias e o estímulo à permanente capacitação fazem com que o

corpo técnico desta Corte de Contas, que também é o corpo docente da Escola de Contas e Gestão, seja reconhecido pela excelência da sua formação.

É imperioso lembrar o recente credenciamento da ECG, pelo Conselho Estadual de Educação, para o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na forma do Parecer CEE n.º 057/2009.

Neste sentido, e no intuito de atender à crescente demanda, estão previstos cursos de pós-graduação em Gestão Pública e Controle Externo, dirigido ao público interno, e em Gestão Municipal, direcionado aos servidores dos órgãos jurisdicionados ao TCE-RJ, ambos em nível de especialização, a serem iniciados brevemente pela ECG.

Os esforços conjugados que este Tribunal e a Escola de Contas e Gestão vêm fazendo no nosso Estado são muito importantes, uma vez que o binômio estudo e trabalho se traduz em uma condição mais digna para a toda a população.

Este é o compromisso do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Paula
Alexandra
Nazareth

Diretora-Geral da
Escola de Contas e
Gestão -ECG/TCE-RJ

Esta edição traz artigos referentes aos trabalhos vencedores do Prêmio Ministro Gama Filho, versão 2008/2009, e de conclusão final do curso de mestrado em Administração Pública promovido em parceria pela Escola de Contas e Gestão - ECG com uma instituição de ensino superior, no caso, a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE/FGV.

O primeiro artigo, intitulado "Controle material de constitucionalidade do orçamento: a política fiscal e as perspectivas para um desenvolvimento sustentável", de autoria de Pierre André da Rocha Andrade, indica os dogmas da discricionariedade administrativa e do princípio da separação dos poderes como entraves a serem eliminados e a vinculação do agente público aos princípios constitucionais como parâmetro essencial para o controle das políticas públicas. Assinala o orçamento público como forma de efetivar ações sustentáveis e do controle material da constitucionalidade, tanto no conteúdo de normas como na sua execução.

Em "Federalismo e sustentabilidade", Luiza Maia estabelece relações entre os conceitos de federalismo, desenvolvimento sustentável e democracia, onde se percebe a forte interligação entre eles com diversas características comuns em termos de objetivos e interações. Observa-se uma preocupação com o equilíbrio entre agentes que interagem economicamente e socialmente em um mesmo ambiente. O estudo prova que a democracia exige um alto grau de envolvimento de todos os agentes políticos e que todas as escolhas deverão primar pela melhoria de vida e preservação das oportunidades das gerações presentes e futuras.

Leonardo Braga de Vicenzi, no artigo "Crise mundial e sustentabilidade", reflete sobre a crise financeira, econômica e ambiental, alimentada pela falta de regulamentação dos recursos naturais e estruturais e, ao mesmo tempo, pelo crescente uso da tecnologia da informação. O autor argumenta que a atual situação econômica mundial tem estreita ligação com a ambiental. Propõe um debate participativo e inclusivo para a elaboração de um novo modelo produtivo e de consumo.

A íntegra dos três trabalhos premiados na última versão do Prêmio Ministro Gama Filho pode ser obtida no portal da Escola de Contas e Gestão do (www.ecg.tce.rj.gov.br).

Além desses, esta edição da Revista Síntese ainda contempla os leitores com artigos oriundos dos trabalhos finais de técnicos do TCE-RJ que integraram a primeira turma do curso de

mestrado em Administração Pública promovido pela ECG e a EBAPE/FGV.

O artigo "Gestão Transdisciplinar de Políticas Públicas: uma nova abordagem em busca da efetividade", de Eduardo dos Santos Guimarães, fala da necessidade atual de uma gestão pública que tenha como foco o resultado obtido, onde o Estado deve buscar a efetividade das ações implementadas. Torna-se imperiosa a abordagem transdisciplinar por permitir que um mesmo objeto possa ser observado na sua essência, levando em consideração todo o contexto em que está inserido, assim como as diferentes dinâmicas sociais, de forma a permitir que o Estado atinja a efetividade das suas políticas. O trabalho apresenta um modelo de gestão com enfoque na transdisciplinaridade com uma abordagem diferenciada.

Em "A viabilidade do Sistema de Auditoria de Obras Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro", Marconi Canuto Brasil faz uma reflexão sobre a incapacidade da Administração Pública de equacionar problemas complexos. Neste sentido, discute em que medida o conjunto de auditorias de obras públicas adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro pode ser considerado um sistema viável ou não. Usado como referência, o Modelo de Sistema Viável propõe que as partes mantenham relativa autonomia entre si. Essa autonomia mantém a coesão do sistema e libera as suas partes integrantes a agir de forma criativa. O modelo postula que toda organização viável é uma organização capaz de aprender e de transformar esse processo em conhecimento coletivo.

O artigo que fecha esta edição, que tem como título "A interação cidadão-tribunais de contas: uma perspectiva republicana", de autoria de Sérgio Lino da Silva Carvalho, contempla a discussão dos conceitos de democracia, patrimonialismo e clientelismo nas relações entre a sociedade civil e o Estado no estabelecimento de uma cultura democrática em que a sociedade, através dos seus cidadãos, acompanhe as ações dos organismos públicos. Neste contexto, o trabalho aponta como os Tribunais de Contas podem incentivar o controle social exercido sobre os gestores dos órgãos nas suas jurisdições. São usados como referência de análise o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM). A conclusão aponta para uma série de medidas que podem ser implementadas com o intuito de incentivar o controle das ações e políticas públicas pelos cidadãos.

Temos certeza de que esses trabalhos ajudarão a disseminar reflexões construídas pelos técnicos do Tribunal de Contas com o objetivo de fomentar a discussão de novas propostas de ação pública.